

Jornal da Comunidade



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

www.uem.mz

facebook.com/uemmoc

twitter.com/uemmoz

youtube.com/uemmoz

Edição: 211 | Sexta-feira, 15 de Abril de 2022 | Periodicidade: Semanal

UEM prepara Dicionário do Português de Moçambique

O dicionário terá efeito multiplicativo, permitindo a criação de recursos derivados, o seu uso nas escolas, e constituir-se-á, também, num instrumento de cidadania, ao reconhecer a legitimidade das formas características do português de Moçambique.

➔ *Prof. Doutora Inês Machungo,
coordenadora do projecto.*



A Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM está a desenvolver um trabalho tendente à produção do Dicionário do Português de Moçambique

(DiPoMo), um instrumento importante para a criação de recursos didáticos adequados no País.

Segundo a coordenadora do projecto, Prof. Doutora Inês Machungo, o dicionário terá

efeito multiplicativo, permitindo a criação de recursos derivados, o seu uso nas escolas, e constituir-se-á, também, num instrumento de cidadania. O Dicionário constitui uma forma de reconhecer a legitimidade

AINDA NESTA EDIÇÃO:

FACED cria Centro de Pesquisa em Educação

A Faculdade de Educação (FACED) acaba de criar um Centro de Pesquisa em Educação, uma unidade vocacionada na promoção da investigação na área, no País.

ANUNCIE NESTE ESPAÇO!

Para mais detalhes:
cecoma@uem.ac.mz

das formas características do português de Moçambique e servirá de base para a criação de recursos computacionais, moldando uma nova geração de recursos.

Para fazer o balanço do primeiro ano de actividades, está agendado um Colóquio que terá lugar no dia 04 de Maio. Integrado nas actividades comemorativas do Dia Mundial da Língua Portuguesa, o evento permitirá a divulgação de informações sobre o trabalho realizado, bem como a actualização de conhecimentos no âmbito da e-lexicografia e da política de língua, para enriquecimento das metodologias adoptadas e o enquadramento teórico que orienta a obtenção e análise de dados”, disse.

Segundo a coordenadora do projecto, há alguns anos, foi elaborado um vocabulário ortográfico do Português de Moçambique, disponível para consultas *online*, um instrumento que serve apenas para nos guiar em relação a ortografia do português.

“Precisamos de um pouco mais do que isso, saber o verdadeiro sentido das palavras e conhecer quais as que apresentam características de Moçambique e que devem constar do dicionário com o respectivo significado. Por exemplo, a expressão ‘casa da mãe espera’ é comum ouvir-se aqui no País e conhecer o significado, mas um estrangeiro pode não compreender”, clarificou.

Reiterou que precisamos de ter um instrumento que nos indique quais são as palavras que devem figurar no dicionário e que revelem a realidade moçambicana.

“Vai conter aquelas palavras que são comuns a todos outros vocabulários e aquelas que são características de Moçambique. Portanto, vamos adoptar uma perspectiva integralista, o que permitirá com que seja um instrumento de cidadania, uma vez que vamos reconhecer a legitimidade das formas que são características do Português de Moçambique”, alertou.

O DiPoMo será o terceiro dicionário do género a nível da CPLP, depois de Portugal e Brasil.

“Alguns desafios que temos na produção deste dicionário estão relacionados com a obtenção de fontes que são de textos jornalísticos, académicos, literários e já conseguimos obter transcrições de actas parlamentares, um passo importante porque no parlamento estão representantes que falam o português de cada uma das províncias”, rematou.

O dicionário vai conter 60 mil palavras obtidas a partir de 30 milhões de átomos.

A iniciativa deste dicionário iniciou em Fevereiro do ano corrente e conta com o financiamento do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, organismo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

COVID-19 impõe novos métodos de jornalismo

Comunidade Académica da Escola de Comunicação e Artes da UEM e profissionais da comunicação social de diversas organizações de media defendem que a pandemia da COVID-19 impôs novos métodos de trabalho que os “homens de imprensa” devem assimilar para credibilizarem as suas matérias.

Este posicionamento foi feito na segunda-feira, durante o debate havido na Escola de Comunicação e Artes (ECA) sobre os desafios do jornalismo na actualidade moçambicana, a propósito da passagem do 11 de Abril, dia da criação, há 44 anos, do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ).

O Secretário para Assuntos Sindicais e Associativos no SNJ, Osvaldo Gemo, disse na ocasião que a COVID-19 veio a desestruturar as bases do jornalismo, a partir do momento que rompeu aspectos tradicionais como o contacto directo e permanente entre o repórter e as fontes e reduziu trabalhos de campo.

“O jornalista não estava preparado para o teletrabalho, estava habituado a estar com o editor ao lado para a revisão imediata das suas notícias e perdeu-se a habilidade investigativa devido à falta do contacto directo com os factos”, explicou.

Afirmou que o teletrabalho veio para ficar, sendo por isso que urge a necessidade de capacitar jornalistas em matérias ligadas aos novos métodos de trabalho para que continuem a exercer as suas actividades sem colocar em causa a credibilidade das



informações que publicam nos órgãos de informação.

“O futuro é dos medias digitais e os jornalistas devem estar a par dessas mudanças. Tenho recebido muitos estudantes na redacção e percebo que não estão preparados para a actual realidade”, garantiu.

Num outro tópico, a Presidente da Associação da Mulher na Comunicação Social,

Jacinta Nhamitambo, referiu que, num contexto em que as tecnologias de informação são usadas para desinformar, o jornalista tem a obrigação de trazer a verdade.

“São poucas pessoas que têm acesso ao jornal ou televisão, mas em todos locais pelo menos existe alguém com telemóvel para se comunicar e obter informação”, justificou.

Referiu que a existência de poucas

mulheres nas redacções é outro constrangimento que continua a assolar o jornalismo moçambicano.

A mesma opinião foi partilhada pelos estudantes de jornalismo na UEM que apontaram a contínua formação de repórteres como uma saída para a melhoria dos trabalhos jornalísticos.

“A formação de jornalista é crucial porque temos eventos extremos como os casos da COVID-19 e guerras que exigem novos métodos de trabalho e o repórter deve estar preparado para a nova realidade”, defendeu o estudante da ECA, Hilário Alfredo.

Florença Nhabinde, também estudante de jornalismo, reiterou que a universidade tem o desafio de formar jornalistas que respondam à demanda do mercado.



FACED cria Centro de Pesquisa em Educação

A Faculdade de Educação (FACED) acaba de criar um Centro de Pesquisa em Educação, uma unidade vocacionada na promoção da investigação na área, no País.

O Centro vai ajudar a FACED no desenvolvimento da prática da investigação, ao mesmo tempo que vai ser responsável por estabelecer critérios de qualidade a serem seguidos pelo corpo docente/investigador daquela unidade na realização de pesquisas.

De acordo com Coordenador do Centro, Dr. Adriano Uaciquete, o Centro não apenas vai desenvolver investigação pura, vai dedicar-se igualmente a trabalhos de consultoria em educação, bem como promover a ligação entre a Universidade e a comunidade.

Uaciquete fez saber que o Centro já tem acordos assinados com organizações da sociedade civil e com universidades nacionais para realização de pesquisas de educação.

Ao nível interno, o Centro tem projectos de pesquisa com outros, com destaque para



o Centro Estudantil da UEM para realização de uma pesquisa que arranca em breve relacionada com os estudantes com necessidades educativas especiais, com vista a perceber como tem sido o percurso destes dentro da Universidade. “Mas também temos um projecto de pesquisa sobre a adoção de tecnologias para o ensino no contexto da COVID-19, interessa-nos saber o impacto

destas novas práticas de ensino e aprendizagem para os estudantes e docentes”, disse. O Coordenador assegura que o Centro já foi aprovado pelos órgãos internos, já tem o quadro de pessoal instituído e está numa fase de instalação enquanto paralelamente realiza actividades no âmbito das suas atribuições. Espera-se que o Centro assegure a produção

científica de qualidade, estabeleça um quadro normativo e ético para a realização da pesquisa na área de educação, clarifique incentivos para investigadores e estudantes que realizam pesquisa na FACED, e assegure um serviço de consultoria na área de educação para organizações nacionais e internacionais.

Ensino à distância no País deve obedecer ao perfil do estudante

O Docente e pesquisador da Faculdade de Educação da UEM, Prof. Doutor Aires Mombassa, defende que a estrutura organizacional que atende questões de ensino à distância a nível das instituições públicas no País não foi construída em função das características dos estudantes desta modalidade de educação.

Alerta que aspectos tecnológicos como computador de mesa, computador portátil, internet, entre outros, são mais considerados pelas instituições em detrimento dos aspectos socioeconómicos dos estudantes.

O pesquisador explica que o desconhecimento do funcionamento da modalidade por parte dos gestores e professores que actuam nos cursos de licenciatura põe em causa a especificidade da modalidade, uma vez que as práticas de gestão voltadas para o ensino presencial estão sendo transportadas para o contexto de ensino à distância.

Este posicionamento consta da sua tese de doutoramento que analisa a organização e gestão de unidades de ensino à distância a partir do perfil dos estudantes, tendo como estudo de caso as Universidades Eduardo Mondlane e Pedagógica de Maputo.

A tese revelou basicamente que a maior

parte dos professores não conhece os estudantes a quem ensinam. “Quanto maior for o conhecimento do perfil do estudante por parte dos professores, gestores e decisores políticos, mais facilidades terão de obter uma estrutura que responde às necessidades dos que cursam esta modalidade de ensino”, sublinhou.

“Não vou frequentar um curso de ensino à distância sem, por exemplo, ter computador, internet de qualidade ou sem conhecer os programas essenciais para o acompanhamento das aulas”, anotou.

Reiterou que estes e outros aspectos, como a disponibilidade de salas de aulas e respectivos equipamentos para docentes, conhecimento da localização e da distância percorrida pelo estudante para chegar ao centro de recursos, são cruciais para o ensino de qualidade desejado.



Prof. Doutor Aires Mombassa

Referiu-se à importância do censo escolar, explicando que o mesmo permite conhecer como a população estudantil do ensino à distância está organizada, porque actualmente esta modalidade de aprendizagem vigora também nas instituições privadas.

“Um dos ganhos que a pesquisa traz tem a ver com a redução das desigualdades sociais e alerta para que o ensino superior chegue ao estudante independentemente da sua localização”, concluiu.

A tese de doutoramento do Professor Doutor Aires Mombassa, desenvolvida no ano 2020, tem como tema Organização e Gestão da Educação a Distância em Moçambique: uma análise a partir do perfil dos estudantes.

Prof. Doutor Aires Mombassa é doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

